

# A QUESTÃO DA PROVA NA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O HORIZONTE DA HERMENÊUTICA

Astor Antônio Diehl<sup>\*</sup>

## Introdução

A época presente é de revigoração do significado estético cultural e de inserção hermenêutica na compreensão de ações do passado através da nova história cultural<sup>1</sup>. Parece-nos que dessa forma está sendo rompido o exclusivismo de uma verdade científica sobre o passado. Aliás, na argumentação de Hans-Ulrich Wehler, caracterizando o pensamento histórico na vida do século, a nova história cultural aponta para um déficit teórico e esta seria ainda uma tendência impregnada de abstinência política<sup>2</sup>.

Mas se, por um lado, existe uma crítica severa a nova história cultural, especialmente, pela perda de sentido, por outro, estão também surgindo na comunidade posturas de contraponto a esses questionamentos. Tais posturas buscam exatamente construir sentido lá onde ele foi criticado como inexistente, surgindo primeiramente algumas perspectivas sob forma de propostas para a construção de sentidos novos ante a crise da razão histórica<sup>3</sup>.

---

\* Doutor em Teoria, Metodologia e Didática da História pela Ruhr-Universität Bochum, Alemanha. Professor do Curso de História da Universidade de Passo Fundo. E-mail: cph@upf.tche.br

<sup>1</sup> Em termos gerais, tais aspectos são discutidos em diversas perspectivas, mas elas carregam em si a característica propositiva. Ver SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: Edusc, 1999; CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999; WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru: Edusc, 2000.

<sup>2</sup> WEHLER, Hans-Ulrich. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2001. p. 69-86.

<sup>3</sup> São exemplos destas posturas propositivas em termos de busca de sentido os trabalhos de DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: ed. da Unesp, 2002 e RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In: *Revista Histórica: debates e tendências*. Passo Fundo: v. 2, nº 2, p. 9-22, dez. de 2001.

A segunda perspectiva está vinculada à própria dinâmica das mudanças paradigmáticas, cuja origem está profundamente relacionada à crise da razão civilizatória, vinda do iluminismo. Nesse caso, estaremos trabalhando com aqueles aspectos passíveis de serem observados nos últimos anos através da historiografia dentro dos limites e possibilidades que tal caminho possa nos oferecer<sup>4</sup>.

A partir das colocações apresentadas para introduzir a proposta de estudos, é possível em tese afirmar que estamos vivenciando um *locus* de luta entre as noções de espaço x tempo, cuja compreensão precisa de uma topoanálise diferenciada<sup>5</sup>. A categoria espaço está cada vez mais presente na textura das experiências atuais em detrimento da perspectiva do progresso cumulativo e do tempo linear.

Na afirmação de Bachelard, o teatro do passado seria o da memória, enquanto que a função do espaço é reter o tempo numa espécie de câmara de compressão. Nesse sentido, o calendário temporal só poderia ser estabelecido em seu processo produtor de imagens<sup>6</sup>. O espaço agora seria tudo, pois o tempo não animaria mais a memória<sup>7</sup>. O que, em outros termos, garante para a noção experiência um *locus* especial no debate historiográfico numa

---

<sup>4</sup> Em termos gerais estas mudanças ainda podem ser conectadas às posturas de KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. Na história este debate está em CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Não podemos esquecer que estas mudanças também estão situadas e debatidas em outros campos do conhecimento como, por exemplo, no livro de PINKER, Steven. *Tabula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>5</sup> O termo topoanálise é de BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Esta análise também pode percorrer os caminhos da cultura e identidade, ver então MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual*. Bauru: Edusc, 2002. Ou ainda pela globalização e meios de comunicação, ver MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru: Edusc, 2000 e SARTORI, Giovanni. *Homo videns*. Televisão e pós-pensamento. Bauru: Edusc, 2001.

<sup>6</sup> A produção de imagens na atualidade é objetivo do livro de KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.

<sup>7</sup> Idem, p. 21-29. Para uma análise diferenciada ver JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

espécie de revanche da experiência (antropológica) sobre a análise estrutural e do local da cultura sobre a explicação<sup>8</sup>.

Como resultado da delimitação do local da cultura temos a fascinação histórica do pertencimento, cuja forma de exposição é perceptível para a estética, para a função da experiência e sua respectiva representação sob forma de narrativa. Nessa perspectiva, a descrição densa das experiências do passado enfatiza extraordinariamente as representações discursivas, porém agora sem a dinâmica do tempo projetado futuro numa espécie de ciência do tempo passado<sup>9</sup>.

Estas duas perspectivas na cultura historiográfica são marcas do movimento turbinal da cultura contemporânea, identificado como a noção anteriormente apresentada: Spätzeit<sup>10</sup>.

É certo que tais movimentos possuem receptividade na história, como disciplina, e ampla influência no pensamento histórico através do presentismo e nem poderia ser diferente. Entretanto, nós já entendemos que o passado nunca existiu de forma estruturada, a não ser como experiência, como imaginação e como afetividade contemporaneizada.

E nesse sentido, a leitura possível é aquela que remete para a fascinação histórica subjetiva *do querer compreender o passado nas suas múltiplas possibilidades* e, de outro modo, remete para o sentido metodológico *do como é possível de ser reconstruído*.

Nessa perspectiva entendemos que o tempo da fascinação histórica pode possibilitar uma problematização do passado pelo presente a partir de dois vetores principais: *o sentido de reconstituirmos idéias de futuro no passado* e, segundo, compreendê-las como estrutura narrativa de *argumentos para uma cultura da mudança*.

### *O significado da hermenêutica para o estudo da história*

Podemos começar com uma pergunta *incômoda* deixada por Michel de Certeau: o que é que eu estou fazendo quando faço história?<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Discutimos isto recentemente em DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: Edusc, 2002.

<sup>9</sup> O termo *descrição densa* é de GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: editora Guanabara Koogan, 1989. Ver debate sobre em KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: Edusc, 2002. p. 105-159.

<sup>10</sup> Conforme MOSER, Walter. Spätzeit. In: MIRANDA, Wander (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.

<sup>11</sup> DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

Inicialmente podemos dizer da dificuldade que teremos em aproximarmos-nos de uma resposta satisfatória, isso se chegarmos próximos dele. As dificuldades são de toda ordem. Primeiramente, porque o embate historiográfico atual está sendo feito exatamente no campo das estruturas narrativas da história. E, portanto, está sendo produzida uma enorme bibliografia sobre essa questão e em muitas orientações diferenciadas, difíceis de serem sistematizadas<sup>12</sup>.

A segunda dificuldade reside no fato de que a narrativa pode representar uma limitação à objetividade da história e vice-versa<sup>13</sup>, causando uma situação perturbadora entre os padrões disciplinares do conhecimento histórico e na sua autocompreensão<sup>14</sup>. Entretanto, mesmo que haja, pelo senso comum, uma possível perda da objetividade do conhecimento histórico, devemos admitir que a narrativa é o elemento da constelação dos critérios da matriz disciplinar que possibilita a própria plausibilidade do conhecimento.

Se a narrativa é, por um lado, um limitador de apresentação de representações, por outro é a possibilidade que o historiador dispõe para comunicar-se. É justamente essa aparente contradição que causa o embate na discussão atual<sup>15</sup>. Em tese, parece-me que o desequilíbrio entre *limite e possibilidade* é o ponto a ser analisado que, por sua vez, vai bater no confronto entre as tendências objetivistas e subjetivistas, já superadas, do pensamento histórico. Quer dizer, revela-se aí o problema da cientificidade da história que é tão antigo quanto à própria disciplina.

Nesse sentido há uma concordância minha com a posição de Ciro Flamarion Cardoso quando afirma: “não comungo da opinião hoje bastante difundida de que a história que fazem os historiadores seja necessária ou intrinsecamente ficcional, tanto quanto um conto, romance ou filme”<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Há, por outro lado, êxito na análise quando for feita fora dos parâmetros da historiografia tradicional e de forma transdisciplinar, ver CARDOSO, Ciro F. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997 e CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, R. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, R. (Orgs). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.375-399.

<sup>13</sup> RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade na ciência histórica. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, vol. XXIV, nº 2, p. 311-335, dez. 1998, p. 315.

<sup>14</sup> Idem, p. 314.

<sup>15</sup> Esta discussão foi reconstituída por DOSSE, François. *A História*. Bauru: Edusc, 2003.

<sup>16</sup> CARDOSO, Ciro F. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997, p. 11. Ver Também LÄMMERT, Eberhart. História é um esboço: a nova autenticidade narrativa na historiografia e no romance. *Estudos Avançados*. São Paulo: 9(23) 1995, p. 289-308.

Um terceiro elemento, talvez novo, agregado aos dois primeiros é um fato aparentemente inocente, mas de enorme interesse público: o grande número de temas “históricos” abordados e publicados por jornalistas de carreira. São biografias, instituições ou movimentos sociais narrados e, geralmente, com repercussões de ordem social, político-culturais e, por que não dizer, psicanalíticas<sup>17</sup>.

Hermenêutica significa, primeiramente, o processo metodológico da interpretação com o objetivo de compreender o significado quando um texto não é entendido de imediato. Ela foi inicialmente a arte da interpretação dos textos bíblicos e jurídicos de forma normativa e ocasional.<sup>18</sup> Além dessa hermenêutica normativa, Gadamer examina, sobretudo, na filosofia da hermenêutica a possibilidade do compreender o seu significado numa espécie de teoria do conhecimento das ciências humanas, separando-as de explicações das ciências naturais.

De ambas as variantes da hermenêutica é possível diferenciar o compreender histórico. A compreensão histórica ocorre não apenas no texto ou nas fontes, mas em toda ação humana do passado capaz de ser reconstruída dos documentos e das fontes orais. Nesse sentido, os restos de expressão das ações humanas no passado, contidos nas fontes recebem interpretações compreensíveis a partir de tradições, representações de valor, significações e de perspectivas de futuro.

A compreensão histórica sempre terá então presente a experiência atual de vida do historiador e, portanto, de uma pré-compreensão como ponto de partida. Entretanto, para que as ações do passado não estejam submetidas somente ao presente, é preciso lançar mão de uma série de regras e operações, com as quais o contexto das ações e suas relações possam ser reconstruídos e objetivados e assim possam ter um mínimo de universalidade, mesmo que precária<sup>19</sup> e, diga-se de passagem, ela será sempre precária.

---

<sup>17</sup> Um exemplo deste tipo de tratamento está em BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

<sup>18</sup> Um bom exemplo para esse aspecto são as obras de VICO, Gianbattista. *A ciência nova*. Rio de Janeiro: Record, 1999 e DILTHEY, W. *Aufbau der Geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften. (Gesammelte Schriften*. Stuttgart: 1958).

<sup>19</sup> DOSSE, François. Paul Ricoeur revoluciona a escrita da história. In: *Rev. Margem*. Faculdade de Ciências Sociais, PUCRS, nº 5, 1996. p. 9-30. Também em DOSSE, François (2001). Op. cit. p. 71-100.

Essas regras e operações possibilitam corrigir e, ao mesmo tempo, ampliar o horizonte de compreensão original dos intérpretes e separar deste compreender, aquilo que foi atribuído posteriormente pelo historiador sobre as intenções da práxis humana no passado. Requer-se assim uma interpretação crítica, tal como propõem as ciências humanas para que se chegue ao sentido mais próximo possível da veracidade e não nos chegue mascarado ou deformado por ideologias.<sup>20</sup>

Entretanto, é ilusão buscar o conhecimento histórico somente a partir de um modelo de objetividade. Disso decorre basicamente duas razões: a) a compreensão é entendida como um projeto lançado, ou seja, é o historiador que se lança para além do tempo, numa espécie de busca do significado antecipado, b) por que vivenciamos o tempo histórico, no qual o passado nos interpela constantemente. Nas duas razões apontadas, o passado é, ao mesmo tempo, saber histórico e ser histórico.

Evidentemente, que a essa altura é importante entender o quadro complexo em formação, especialmente no sentido do pertencimento a uma tradição e ao estabelecimento do círculo hermenêutico, segundo Gadamer, cuja discussão já vem sendo apontada desde Schleiermacher.

Trata-se aqui de compreender o valor intrínseco dos argumentos de um autor, cujo texto pertence, em primeiro lugar, ao conjunto de obras e, em segundo, ao gênero historiográfico de onde provém. Sua compreensão só acontecerá se entendermos o texto no momento de criação, inserido na totalidade experimentada pelo seu autor.

Portanto, o objetivo daquele que interpreta é se fazer mediador entre o texto e a totalidade nela implícita e, nesse sentido, a hermenêutica procura restituir e restabelecer o acordo.<sup>21</sup>

Não seria exagero afirmar aqui que a própria busca desse acordo é a produtividade do processo histórico, pois estamos lidando com a possibilidade da distância temporal quando nos remetemos ao passado (recoo no tempo). Esse remeter ao passado implica na produtividade de novas temporalidades a partir de um presente indefinido. O acordo é facilmente rompido, pois recuamos

---

<sup>20</sup> GADAMER, H. G. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: FRUCHON, Pierre (org.). *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 19.

<sup>21</sup> GADAMER, H. G. In: FRUCHON, P. Op. cit. p. 59.

no tempo com preconceitos. Esses preconceitos são vistos aqui não como particulares, mas como diretrizes da compreensão.<sup>22</sup> Novamente, para que a significação do passado não seja perspectivada cegamente pelos preconceitos, é preciso uma crítica hermenêutica.

A tarefa crítica da hermenêutica deve distinguir os preconceitos que cegam, dos preconceitos que esclarecem. Obviamente, através da postura que somente busca a objetividade não se teria mais nada a dizer frente esse impasse. E, portanto, nesse caso, precisaríamos ir a radicalidade.

A crítica hermenêutica deve denunciar o preconceito, surpreendendo-o de sua possível validade. A reflexão de denúncias dos preconceitos é formada pela interrogação provocativa. O resultado disso é o retorno renovado com uma tradição que se encontra na origem deles, podendo esse encontro ser a constatação da alteridade. Nesse sentido, toda possibilidade de compreensão começa com algo que nos provoca. Estabelece-se então uma situação dialógica de mediação entre o presente e passado. Evidentemente, a crise dos fundamentos da história como disciplina com plausibilidade levou a discussão para campos polarizados.

De um lado, estão aqueles que se mantêm definidos por uma reconstituição estrutural do passado. Do outro lado, encontramos-nos de frente com aqueles que encerram o debate no nível da racionalidade universal, deslocando-se para a reconstituição das representações do passado. Essa bifurcação do debate caracteriza-se, por vezes, pelo rótulo do estigma e em uma luta entre o bem e o mal. Nesse caso, ambos os lados carecem e fecham-se para as possibilidades de diálogo, apesar de fazerem parte da mesma moeda.

A relação dialógica é a maneira pela qual se revela a consciência da produtividade histórica na compreensão hermenêutica. Sem dúvida, o aparecimento da consciência histórica é talvez o aspecto mais importante da constituição da história como disciplina moderna. A consciência histórica, além de ser o parâmetro de compreensão fundamental da historicidade do passado, é também a possibilidade do reconhecimento intelectual contemporâneo *do poder*

---

<sup>22</sup> Ver SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Ao nível das preocupações metodológicas ver CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru: Edusc, 2001.

*suportar* e do *ter que suportar* o mundo nas suas mais diferenciadas significações.

A consciência histórica, com esse qualitativo, mostra-nos que estar no mundo ainda não é o parâmetro da chave e muito menos da fechadura, de que a partir da história teríamos o conhecimento suficientemente infalível e ideal para a revolução dos modos de ser, das sensibilidades e, sobretudo, das sociabilidades.

*O sentido: em nome do quê e de quem?*

Em tese são estas algumas das colocações que pretendíamos discutir aqui, tomando como fio condutor o sentido da experiência na história. Para este propósito, organizamos algumas considerações finais.

A primeira consideração está relacionada ao debate da constituição de uma topologia do pensamento moderno a partir de seus vetores de sustentação e como tais características repercutem na estruturação do pensamento histórico, evidenciando a cultura historiográfica. Procuramos apresentar pontos de maior ênfase: o território dos debates teórico-metodológicos, a paisagem dos debates epistemológicos e metodológicos e, finalmente, os limites e possibilidades do conhecimento histórico como forma de controle sobre a pluralidade de sentidos no horizonte das expectativas.

A segunda consideração está vinculada ao debate sobre alguns fatores, os quais podemos expressar através de cinco vetores: a multiplicidade dos tempos concorrentes, as peculiaridades dos processos sociais e culturais, a constituição de verdades concorrentes a partir dos métodos hermenêuticos, ou como alguns preferem dizer, condição hermenêutica e fenomenológicos, a possibilidade do exercício da consciência fáctica sobre as experiências e, finalmente, a possibilidade de identificações.

A terceira consideração emerge da tentativa de debate sobre a compreensão do sentido da história, a qual dividimos em dois níveis diferenciados. O primeiro nível pode ser expresso pela pergunta: *onde podemos buscar o sentido nas representações históricas?* Fazendo-se uma vinculação com as tendências da historiografia atual, pode-se tomar esta busca a partir de configurações que estão registradas nos sistemas de referências, tais como: a memória, a utopia, a emancipação e a experiência.

Portanto, aqui estamos tratando de questões heurísticas da produção do conhecimento. O segundo nível vincula-se à seguinte



pergunta: *como pode ser reconstituído o sentido?* Dentre as várias opções metodológicas, poder-se-ia apresentar uma possível compreensão da pergunta a partir de três vertentes metodológicas: pela hermenêutica com Gadamer e Ricoeur; pela fenomenologia com Husserl ou ainda pela estética com Adorno.

Nosso objetivo aqui é discutir o processo de produção do conhecimento nas ciências humanas e as possíveis tarefas do sentido da análise historiográfica. Nesse sentido, tomamos como base à noção de cultura historiográfica. Entendemos por cultura historiográfica um conjunto de cinco matrizes com seus respectivos elementos interligados.

A primeira matriz tem sua origem no debate proposto por Thomas Kuhn, com a publicação do livro *A estrutura das revoluções científicas* em 1962. Kuhn apresenta um debate sobre a noção de paradigma, as conseqüências para a ciência quando ocorre a chamada mudança paradigmática e os fatores agentes dessa mudança.

O debate desencadeado por Kuhn foi assimilado com diferentes graus de recepção na história. Jörn Rüsen então propôs uma matriz disciplinar para o conhecimento como modelo para a discussão teórico-epistemológica. A matriz de Rüsen é composta por cinco elementos: os interesses pelo conhecimento sobre o passado; as perspectivas teóricas que orientam a pesquisa; as metodologias, as técnicas de pesquisa e as diferentes fontes; as formas de representação do passado através das narrativas e, finalmente, as funções didáticas dos conhecimentos histórico no contexto social e cultural.

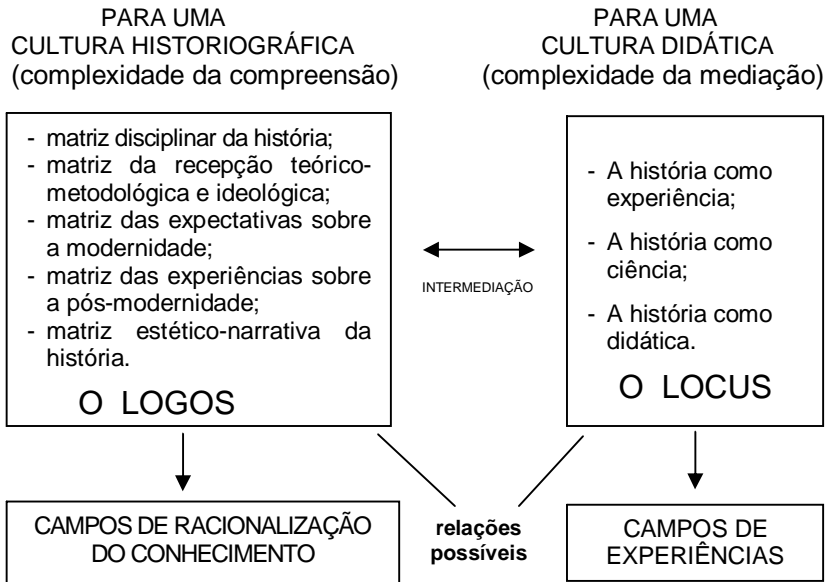
A segunda matriz tem seu foco centralizado nas formas de recepção dos debates teóricos na *comunidade científica* na própria história e demais ciências humano-sociais. Essas formas de recepção são constituídas de três vetores: a ortodoxa, a adaptada e a crítica.

A terceira matriz tem seu esforço concentrado sobre as experiências historiográficas refletidas sobre a modernidade e ela é composta pelas noções: modernização, modernidade e modernismo.

A quarta matriz apresenta as experiências historiográficas sobre a pós-modernidade e ela é composta pelo debate sobre a

tensão entre modernidade – pós-modernidade e as repercussões dessa tensão na disciplina história<sup>23</sup>.

E, finalmente, a quinta matriz representa o estético-narrativo do conhecimento e ela é constituída a partir do debate em torno do texto geográfico-históriográfico e as respectivas representações de estruturas e de sujeitos.



Com esse primeiro entendimento sobre a noção cultura historiográfica podemos seguir adiante, dizendo que por processo de produção do conhecimento histórico compreendemos um conjunto de práticas desenvolvidas tanto em nível acadêmico como não acadêmico.

Observa-se, ultimamente, um amplo processo de produção de dissertações e teses no contexto dos programas de pós-graduação e com isso, a socialização da pesquisa dos membros da comunidade de cientistas. Com esse aspecto não queremos afirmar que a socialização dos conhecimentos produzidos ocorra, necessariamente, com igual

<sup>23</sup> Conforme DIEHL, Astor Antônio. *Vinho velho em pipa nova*. O pós-moderno e o fim da história. Passo Fundo: UPF editora, 1997.

intensidade no contexto mais amplo da sociedade através da publicação de livros e artigos de acesso geral.

Nesse sentido, trata-se de verificar a hipótese segundo a qual, apesar do anúncio da crescente burocratização, leia-se especialização da história, o processo de produção continua sendo predominantemente artesanal. Conseqüentemente, a socialização do conhecimento pelos membros da comunidade científica na pesquisa está sendo definida pela performance individual e singular do historiador<sup>24</sup>. Observa-se, também, a crescente institucionalização e consolidação de cursos de pós-graduação num processo que poderíamos denominar de interiorização do conhecimento. Além das questões institucionais e quantitativas da produção do conhecimento devemos considerar a ciência e a atividade científica como eminentemente sociais. A história da ciência histórica se interessa pelos próprios cientistas em suas condições de trabalho.

Nesse sentido, existem várias alternativas conceituais para o estudo do processo de produção do conhecimento histórico. Entre estas alternativas destacamos: o conceito de *comunidade científica*, introduzido por Polany, presente em Merton e desenvolvido por Kuhn<sup>25</sup>, o conceito de *ethos científico* de Merton; o conceito de *campo científico* e *habitus* de Bourdieu<sup>26</sup>, bem como o de *habitus* na perspectiva de Norbert Elias.

A partir dos anos 1970 e 1980, com a criação dos programas de pós-graduação, entramos numa fase da cultura historiográfica que é caracterizada pela crise dos parâmetros científicos tradicionais e pela diversidade de histórias, porém fortemente institucionalizada nas universidades. Nessa fase assistimos, além da interiorização da produção do conhecimento e sua correspondente profissionalização, a emergência de alternativas temáticas e teóricas.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Fizemos uma tentativa recente em sistematizar esses aspectos para o estudo de teorias da história. DIEHL, Astor Antônio. *Teorias da história* (uma proposta de estudos). Passo Fundo: UPF editora, 2004.

<sup>25</sup> KUHN, Thomas. Op. cit.

<sup>26</sup> BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996; *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. BOURDIEU, P. *Campo intelectual e projeto criador*. Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

<sup>27</sup> Fizemos isso em *Cultura historiográfica brasileira nos anos 80*. Porto Alegre: Evangraf, 1993 (2ª edição, Passo Fundo: UPF editora, 2004).

Essa institucionalização gerou profundas discontinuidades que, neste período, se apresentam fragmentadas sob a forma de várias especializações e essas não regulam sua expansão por paradigmas fortes e dominantes. A departamentalização do conhecimento histórico e dos próprios cursos de história pode, para fins de compreensão, ser transposta geograficamente para as diferentes universidades.

O departamento torna-se o lugar, por excelência, da produção em história. Nesse momento podemos identificar pelo menos três tendências.

A primeira tendência lembra uma orientação mertoniana, na qual ocorre a dissociação entre ciência e vida pública. Desenvolve-se uma historiografia sob a jurisdição de uma comunidade científica orientada por um *ethos* específico. Através desse *ethos* específico e autônomo, procurou-se atingir os fins próprios da lógica científica. Nessa tendência, a historiografia não deveria servir ao Estado, ao mercado, nem a quaisquer outros sujeitos sociais.

A segunda tendência prevê o *locus* departamental, como sendo uma espécie de autor para a construção de redes em torno de objetos definidos pela vocação *solving problems*, estimulando-se, para tanto, a criação de laboratórios, arquivos e implementando linhas de pesquisa e áreas de concentração.

A terceira tendência consiste numa forte influência francesa na cultura historiográfica pela qual ocorre a recepção maciça e uma aproximação da nova história francesa com a história cultural, fazendo da história uma forma medial de comunicação entre passado e presente. Evidente está que a história nova gerou uma revolução na historiografia, como muito bem menciona Peter Burke.<sup>28</sup> Mas, sua forte tendência ao mercado medial acentuou a sua patologia. Refiro-me a patologia do esgotamento e a sua perda de sentido em termos de busca dos parâmetros modernos de ciência. Radicalizando essa tese, poder-se-ia falar de uma historiografia compensatória aos problemas contemporâneos e de uma falta de perspectivas para uma possível mudança social.

Finalizando com a quarta consideração, a qual não trabalhamos no texto, diz respeito ao projeto que procura evidenciar a questão do sentido da história a partir de noções chamadas

---

<sup>28</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989)*. 2º edição, São Paulo: ed. da Unesp, 1991.

universais, tais como: a condição humana e a modernidade, história e ética, direitos humanos, história como cultura da paz, história e utopia, história e emancipação e história como mundo deformado e ideal.

Esperamos que nesta forma de ensaio, não tenhamos terminado nada neste texto. Talvez nem conseguimos, de forma clara, compor algumas idéias sobre os sentidos da experiência e da história, conforme nosso objetivo inicial. Para mim é muito mais o começo de um tema, que apesar da sua obviedade aparente, merece ser colocado como tarefa central do debate da cultura histórica e de algo passível de continuações infinitas.

Parece-nos, no entanto, já falamos isso, não basta apenas à consciência daquilo que está mudando. É preciso desenvolver instrumentos e posturas teóricas que dêem um novo sentido à história, sobretudo pela possibilidade de problematizarmos o passado na perspectiva de reconstituirmos idéias para uma cultura da mudança e creditarmos argumentos para reconstituirmos as idéias de futuro que se tinha no passado.

O conteúdo destas vertentes é o elemento constitutivo da cultura historiográfica na sua relação estreita com a cultura didática. Se, ao longo de nossas trajetórias, conseguirmos 'didatizar' os conteúdos destas vertentes, estaremos alcançando um sentido tríplice para a história, tais como: o *sentido da função emancipatória*, o *sentido da função utópica* e, finalmente, o *sentido da função de alteridade*.

Nessa perspectiva, a problemática evidencia a necessária reorientação nas teorizações e nas reconstituições de experiências também no espaço didático. Sem esse propósito, a categoria de intermediação didática do conhecimento histórico estará sensivelmente reduzida a simples reprodução.

Afinal de contas, para que serviram e servem os sentidos da história se não para endossar a busca da consciência, da ética, dos direitos humanos, da ecologia e da estética. São essas as ondas que conseguiriam, em última instância e ao meu ver, fazer avançar processos para que haja, pelo menos, intervalos de felicidade humana.